

APRESENTAÇÃO

O presente dossiê discute as relações entre *território e inovação*, reunindo estudos sobre temas como, as cidades inteligentes e criativas, os parques científicos e tecnológicos, e as redes de inovação. Os artigos problematizam tais relações acionando diferentes conceitos e métodos caros às áreas da geografia, das políticas públicas e da sociologia, registrando o que ocorre em diferentes contextos territoriais no Brasil. As análises tendem a compartilhar o pressuposto de que o processo de inovação depende de uma complexa combinação entre conhecimentos codificados, conhecimentos tácitos e capacidades sócio-institucionais que viabilizam a cooperação entre atores produtivos diversos, situando o território no centro desse processo.

É, hoje, relativamente consenso que a capacidade de aplicar conhecimento científico e tecnológico em processos e produtos econômicos tornou-se a chave para a produtividade dos países, ainda que inovação seja um fenômeno bem mais abrangente do que sua expressão tecnológica. Isso demarca uma diferença em relação ao modo de desenvolvimento das economias e sociedades industriais do passado. A inovação posiciona-se, atualmente, no miolo do processo de desenvolvimento dos países, em razão das suas possibilidades na solução de problemas econômicos, sociais e ambientais diversos, na elevação da renda e qualidade de vida, na melhoria da produtividade e competitividade das empresas, e nas disputas tecnológicas de natureza geopolítica (Fagerberg, Mowery e Nelson, 2004). A despeito de tais possibilidades, a inovação pode, igualmente, envolver efeitos colaterais não intencionais - e mesmo imprevistos - como nos casos da digitalização que vem implicando numa espécie de “vigilância de massa” e dos dilemas éticos inscritos na manipulação biotecnológica (Beck, 2018).

Os *Innovation Studies* têm revelado a complexidade e incerteza do *processo de inovação* e do desenvolvimento tecnológico. Esse é um campo de pesquisas emergente que ganha cada vez mais espaço no debate internacional, saltando as fronteiras das disciplinas acadêmicas tradicionais. O campo é definido pelo foco no tema da inovação econômica, contando com referências intelectuais compartilhadas, com centros de pesquisa e locais de encontro específicos, e com uma comunidade de pesquisadores de uma diversidade de países e disciplinas científicas (Ramella, 2013). Desse prisma, a inovação é um processo

socioeconômico relacional com diferentes fases: na criação, a empresa localiza um problema, reunindo conhecimentos tácitos e codificados, bem como recursos humanos e financeiros para sua solução; no desenvolvimento, constitui-se a forma e o conteúdo do produto ou processo, ajustando-se às exigências do usuário; na difusão, acham-se os desafios da aceitação do usuário com eventuais mudanças de práticas ligadas às consequências da inovação. No seu conjunto, isso significa uma adaptação recíproca e permanente entre oferta e uso das inovações, diferindo de uma lógica sequencial de etapas ordenadas e nitidamente distintas (Ramella, 2013).

O processo de inovação tem natureza coletiva que se enraíza em pessoas, organizações e instituições, na medida em que não apenas se apoia em um conjunto de conhecimentos socialmente acumulados, mas também envolve o engajamento de diversos atores, mais ou menos relevantes (empresas, associações, organizações não-governamentais, universidades, centros de pesquisa, agências de fomento e financiamento, entre outros). A firma deve acionar diferentes estratégias para acessar recursos relevantes no território e fora dele, assim como traduzir a pluralidade de interesses desses atores. Isso requer a construção de compromissos entre os envolvidos, traduzindo-se numa disposição constante de negociar normas com vistas a superar eventuais conflitos de interesses (Oliveira, 2008). Pode-se referir que os sistemas de inovação – nacionais, setoriais, regionais – expressam uma rede de atores públicos e privados cujo grau de interação promove sinergias que favorecem a troca de conhecimentos e o aprendizado para a geração, desenvolvimento e difusão de inovações. Os agentes, organizações e instituições se tornam capazes de sustentar uma trama de relações orientadas para a inovação (Fagerberg, Mowery e Nelson, 2004).

Nessa agenda de estudos, o *território* torna-se crucial ao conhecimento do processo de inovação, transformando recursos em ativos pelas suas capacidades de geração de vínculos de confiança entre atores diversos e de normas sociais e legais. Neste sentido, território não é sinônimo de lugar. O Vale do Silício, a Route 128 de Boston e Grenoble são experiências já bastante conhecidas e ilustrativas sobre isso. Nos enfoques mais lineares sobre inovação, o espaço geográfico é tomado ora como depositário de infraestruturas para a inovação, ora como o lugar que recebe passivamente a difusão de novas tecnologias. Nos enfoques mais processuais e relacionais da inovação, o território assume relevância à medida que consiste em meio inovador, caracterizando-se pela capacidade de gerar sinergias entre atores. A contribuição territorial notabiliza-se, pois,

não somente pelos efeitos cumulativos da presença de recursos relevantes para a inovação, mas também (talvez, principalmente) pela promoção da interação e de fluxos de conhecimentos e informações (Courlet, 2015; Ramella, 2013).

Ademais, o território detém conhecimentos tácitos que se vem mostrando indispensáveis para a inovação, chamando a atenção para o fato de que nem todo conhecimento requerido no processo de inovação é de fácil comunicação e transmissão posto que exige o compartilhamento de experiências subjetivas entre os agentes. Outro aspecto é de que a particularidade de conhecimentos tácitos, próprios da história e identidade territorial, tem potencial para criar novidade e solução de problemas em outros contextos, sendo sua combinação com o conhecimento formal e codificado bastante frutífera para a inovação (Courlet, 2015). A criatividade é a capacidade de deslocar ideias corriqueiras em um contexto cognitivo ou espacial para outra situação em que se transforma em nova solução de um problema. Relaciona-se ainda com a geração de novas ideias e soluções desde certa tensão entre distintos conhecimentos quando postos em interface (Vedres e Stark, 2013). Neste sentido, o território envolve uma cultura de aprendizagem coletiva. Cabe, ainda, notar que esses territórios tendem a se conectar entre si em âmbito internacional, constituindo-se redes e fluxos de conhecimentos.

Giovana Mendes de Oliveira, UFPel

Sandro Ruduit Garcia, UFRGS

Referências

BECK, U.. *A metamorfose do mundo*. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

COURLET, C.. Inovação e território ou a história de uma relação especial. In: Guimarães, S. e Peuqueur, B. (Orgs.). *Inovação, território e arranjos cooperativos: experiências de geração de inovação no Brasil e na França*. Marseille: Open Edition Press, 2015. p.29-37.

FAGERBERG, J.; MOWERY, D.; NELSON, R.. *The Oxford Handbook of Innovation*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2004.

OLIVEIRA, L.. *Sociologia da Inovação*. Lisboa: Celta, 2008.

RAMELLA, F.. *Sociologia dell'innovazione econômica*. Bologna: Ed. Mulino, 2013.

VEDRES, B. e STARK, D.. Dobras estruturais: ruptura generativa em grupos sobrepostos. *RAE*, v.50, n.2, p.215-240, abr-jun/2013.